

As reformas universitárias no contexto do Iluminismo católico (séc. XVIII): uma modernização “moderada” nas Universidade de Coimbra e de Salamanca?

CARLOS FERNANDO TEIXEIRA ALVES



Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura

 <https://orcid.org/0000-0003-0058-7262>

cftalves@gmail.com

Resumo: Neste artigo pretendemos realizar uma abordagem comparativa das reformas das Universidades de Salamanca e de Coimbra, na segunda metade do século XVIII, influenciadas pelo Iluminismo Católico. Partindo da hipótese de que este fundo católico obrigou a estratégias de adoção de ideias que circulavam no espaço europeu, pretendemos identificar de forma comparada a adoção de ideias pedagógicas e científicas na construção curricular, mas também na adoção de novas obras para as aulas. Procurando, também, estabelecer paralelos com as linhas gerais que caracterizaram outras reformas universitárias na Europa.

Palavras-chave: Iluminismo católico, Universidade de Coimbra, Universidade de Salamanca, Ensino.

University Reforms in the context of the Catholic Enlightenment (18th century): a “moderate” modernisation at the Universities of Coimbra and Salamanca?

Abstract: In this article we intend to make a comparative approach to the reforms of the Universities of Salamanca and Coimbra, in the second half of the 18th century, influenced by the Catholic Enlightenment. Starting from the hypothesis that this Catholic background forced the adoption strategies of ideas that circulated in the European space, we intend to identify in a comparative way the adoption of pedagogical and scientific ideas in the curricular construction, but also in the adoption of new works for the classes. Seeking, also, to establish parallels with the general lines that characterized other university reforms in Europe.

Keywords: Catholic Enlightenment, University of Coimbra, University of Salamanca, Teaching.

Introdução

O estadista e cientista alemão, Johann Wolfgang von Goethe¹, escreveu em 1827 que: «He who possesses science and art also possesses religion he who does not possess them needs religion»². Apesar da sua conturbada relação com a Religião, manifesta ao longo da sua vida e nas suas obras, Goethe, nesta sua passagem, comprime de forma acertada o espírito reformista que, nas décadas anteriores, promove das reformas universitárias mais complexas e profundas ocorridas no Antigo Regime e que se prolongou até às primeiras décadas do século XIX. Falamos, da ampla e complexa vaga de reformas universitárias que alcançou várias dezenas de Universidades europeias³.

Este momento caracterizou-se pelo *abalo* causado nas mentalidades, práticas e mesmo na própria natureza das instituições universitárias. Contudo, nas instituições católicas, este embate não só foi mais disruptivo, como também mais complexo. Devido ao seu fundo de pendor religioso, nem sempre compatível com os avanços científicos que ocorriam na Europa desde o século XVI⁴.

A Revolução Científica⁵ teve como efeito, provocar alterações profundas no sistema teológico («the system»), profundamente influenciado pela escolástica⁶; e no campo cultural, a primeira consequência foi o questionamento do papel da Igreja que acaba por ser abalado pelas guerras religiosas (XVI-XVIII) e pela *descoberta dos novos mundos*⁷.

1 FRIEDENTHAL, Richard – *Goethe: his life and times*. 1st ed. New York, London: Routledge, 2010, p. 65.

2 Excerto retirado do seu poema *Zahme Xenien IX*, que na sua língua original é: “Wer Wissenschaft und Kunst besitzt, / Der hat auch Religion / Wer jene beiden nicht besitzt, / Der habe Religion” Erich von Satter – *Wer wissenschaft und kunst besitzt ... Eine kulturphilosophische betrachtung der synästhesie von ästhetik und ethik in verbindung mit religion*. Neu-Isenburg: Angelika Lenz Verlag, 2015.

3 BROCKLISS, Laurence – Os Curricula. In RIDDER-SYMOENS, Hilde de, ed. – *Uma história da universidade na Europa. As universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 543-94; FRIJHOFF, Willem – Modelos. In RIDDER-SYMOENS, Hilde de, ed. – *Uma história da universidade na Europa. As universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 39-105; ANDERSON, Robert D. – *European universities from the Enlightenment to 1914*. Oxford: Oxford University Press, 2004. Para o caso da Universidade de Coimbra, ver ARAÚJO, Ana Cristina, ed. – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2.ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014; ADDY, George M. – *The Enlightenment in the University of Salamanca*. Califórnia: Duke University Press, 1966.

4 Para esta questão ver, principalmente, BUTTERFIELD, Herbert – *The origins of modern science, 1300-1800*. 2nd edition. Free Press, 1965; GAUKROGER, Stephen – *The emergence of a scientific culture: science and the shaping of modernity 1210-1685*. Oxford: Oxford Univ. Press, 2008; GASCOIGNE, John – The universities and the scientific revolution: the case of Newton and Restoration Cambridge. *History of Science*. 23:4 (1985) 391-434.

5 Ver a abordagem inovadora de WOOTTON, David – *The invention of science: a new history of the scientific revolution*. Milton Keynes: Allen Lane, 2015.

6 PAGDEN, Anthony – *The Enlightenment. And why it still matters*. New York: Random House, 2013.

7 PAGDEN – *The Enlightenment*, p. 51.

Com o século XVII, as críticas à escolástica aumentam consideravelmente⁸, e são quase sempre acompanhadas de abordagens mais radicais visando a dissolução da própria filosofia escolástica (processo que na prática se demonstrou um projeto bastante difícil de concretizar). Galileu, crítico asserido da escolástica, estende este seu sentimento à própria ciência produzida na academia⁹. Nesta tensão, surgem novas linhas de inquérito (científico) em várias áreas do saber¹⁰.

A evolução do inquérito científico, de Descartes até Buffon, não dispensou uma reação das autoridades católicas¹¹. Contudo, as alterações na sociedade europeia estavam já em andamento acelerado e com consequências positivas para a evolução do pensamento científico *per se*. Portanto, esta ascensão da ciência moderna, caracterizada pela observação e pela razão matemática, e pela percepção de que a capacidade técnica potenciava o conhecimento da Natureza, foi uma característica marcante da idealização dos currículos em Coimbra e Salamanca¹². A ascensão da ciência moderna foi acompanhada pelo abrandamento dos conflitos religiosos e pela ação de movimentos protestantes mais radicais – que defendiam uma análise mais detalhada da condição humana¹³. Tornou-se inevitável a perda de importância dos ensinamentos considerados mais tradicionais (o caso da Teologia nas Universidades em estudo foi evidente e, o mesmo acontece com o Direito Canónico, embora num momento mais tardio); esta maior autonomia científica procurou apoio nos vários poderes políticos (príncipes e ministros, principalmente), na garantia de uma maior liberdade individual¹⁴.

Já no século XVIII, a vida cultural e intelectual na Europa¹⁵ manifestava-se especialmente conturbada – mas, simultaneamente, intensa. Onde se difundiam as ideias Iluministas – promovendo conceitos como Liberdade, Racionalismo, Secularismo e a continuação da valorização do inquérito científico. Porém, a amplitude deste movimento manifestou-se bastante variada e manteve em certa medida, a incapacidade de compatibilizar as novas ideias científicas com práticas e saberes

8 MARTINS, José V. de Pina – *Luís António Verney contra a escolástica entre 1745 e 1750*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

9 PORTER, Roy – A revolução científica e as universidades. In RIDDER-SYMOENS, Hilde de, ed. – *Uma história da universidade na Europa. As universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 512.

10 JONES, Peter – Introduction. In FITZPATRICK, Martin et al., ed. – *The Enlightenment world* (London; New York: Routledge, 2004), p. 7.

11 MUNCK, Thomas – Enlightenment, In DOYLE, William ed. – *The Oxford Handbook of the Ancien Régime*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 440.

12 ALVES, Carlos Fernando Teixeira – *A ordem natural nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)*. Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, 2021.

13 FLEISCHACKER, Samuel – *What is Enlightenment?* Routledge, 2013, p. 2-3.

14 FLEISCHACKER – *What is Enlightenment?*, p. 3.

15 BREWER, Daniel – *The Enlightenment past. Reconstructing eighteenth-century french thought*. Cambridge, New York; Melbourne: Cambridge University Press, 2010.

já existentes. Por exemplo, a face mais radical deste movimento, manteve-se intransigente na sua atitude materialista, rejeitando por completo estruturas do passado e, não menos importante, rejeitava por completo a intervenção de Deus nos assuntos terrenos¹⁶.

O Iluminismo não se fez sentir na totalidade no espaço europeu, e ainda menos na aceitação e apoio por parte da maioria dos poderes seculares. O carácter não monolítico, mas pluralista do Iluminismo¹⁷, permitiu também o aparecimento de uma vertente mais moderada – conciliatória, até – e que teve uma maior aceitação. Visível em vários países, onde incluímos Portugal e Espanha. Devido ao seu carácter menos radical, procurou reconciliar a razão e a religião¹⁸ – a nível político, social e, como veremos, educativo e científico, patente nas Universidades em estudo. Para muitos reformadores, a escolha por esta vertente mais moderada foi importante para aspirar a uma modernização da autoridade eclesiástica, aristocrata e, não menos importante, monárquica¹⁹.

Ao contrário do que seria espectável dos pensadores mais radicais, moderados como Emmanuel Kant, não excluíram a religião dos vários aspetos da vida. Defendiam, acima de tudo, o contributo da religião para a tolerância, a diminuição da ingerência do clero e da Igreja nos assuntos seculares, e a promoção de disciplinas menos ligadas à Teologia e, por fim, o combate à superstição e ao fanatismo²⁰. A tolerância nem sempre foi um aspeto central, devido à discordância ideológica nesta matéria²¹.

Uma das consequências mais visíveis deste movimento foi, invariavelmente, a secularização das instituições políticas, mas, principalmente, pedagógicas e científicas. A partir do século XVIII, no caso das Universidades europeias²², assistimos a uma secularização progressiva que na realidade só é plenamente alcançada no século seguinte. Este processo foi também determinante num outro aspeto visível na realidade universitária, a tomada de controlo dos meios de informação disponíveis²³.

Contudo, podemos perguntar, como é que a valorização da abordagem científica, nem sempre conforme uma visão/explicação do mundo de cariz religioso,

16 ISRAEL, Jonathan I. – *Radical Enlightenment. Philosophy and the making of modernity 1650-1750*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2001, p. 11-12; ISRAEL, Jonathan I. – *Enlightenment contested. Philosophy, modernity, and the emancipation of man. 1670-1752*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006, p. 27.

17 PORTER, Roy – *Enlightenment. Britain and the creation of the modern world*. Penguin Books, 2001, p. 26.

18 ISRAEL – *Radical Enlightenment. Philosophy and the making of modernity 1650-1750*, p. 11-12.

19 ISRAEL – *Enlightenment Contested. Philosophy, modernity, and the emancipation of man. 1670-1750*, p. 38.

20 BEALES, Derek Edward Dawson – *Enlightenment and reform in 18th-century Europe*. London; New York : New York: I.B. Tauris; Palgrave Macmillan, 2005, p. 11.

21 PORTER – *Enlightenment. Britain and the creation of the modern world*, p. 26.

22 PORTER, Roy – *The Enlightenment*. 1st edition. Palgrave Macmillan, 1996, p. 2, 72-73.

23 PORTER – *The Enlightenment*, p. 74.

mas decisiva na secularização de vários aspetos da vida quotidiana, institucional e política, se manifestou nas Universidades Ibéricas (baluartes católicos), no longo e profundo processo de modernização ocorrido no século XVIII.

Para responder a esta pergunta, apoiamos a nossa hipótese em um importante contributo da historiografia: não existiu uma ampla aversão à religião, mesmo advinda de cientistas e intelectuais, apesar de ter sido inegável que as novas descobertas científicas (principalmente nas áreas da matemática e da filosofia natural) tivessem afastado algumas das premissas das fontes religiosas²⁴. Desta forma, é então essencial focar a nossa análise nas motivações e objetivos dos reformadores ibéricos, quer a nível do poder administrativo, quer das autoridades universitárias. Nesse sentido, analisar a ação do Reitor que teve como tarefa implementar a reforma de 1772 na Universidade de Coimbra, pode ser esclarecedor.

D. Francisco de Lemos, em 1777, escreveu na sua *Relação Geral* que «Não se duvida, que muitas vezes a liberdade de opinar nas Sciencias, possa induzir os homens a alguns erros de Religião, e de Política»²⁵. Pouco mais de seis anos após o início do processo que apelidamos de Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra, o seu Reitor demonstra bem a linha de pensamento dos reformadores portugueses na tentativa de unificar a necessidade de modernização (alinhando-se aos avanços científicos e pedagógicos que ocorriam no espaço europeu), com um fundo marcadamente religioso.

Porém, esta modernização – de alguma forma limitada à partida – previa categoricamente um limite bem identificado, «A faculdade de pensar he livre no homem, por isso não deve ter outros limites, que não sejam os da razão e da Religião»²⁶. Desta forma, como demonstrou Araújo, procurou-se apreender o «racionalismo crítico de base científica ao catolicismo», na perspetiva de modernizar, simultaneamente, a Igreja e o setor educativo²⁷, cuja representação cimeira era então a Universidade coimbrã.

Esta linha de pendor jansenista regalista, defendida pelo Reitor²⁸, demonstra bem a posição central da Universidade enquanto lugar de encontro entre a necessidade de manter uma determinada ortodoxia²⁹ e as necessidades de um estado com objetivos concretos na necessidade de modernização para alcançar o bem público³⁰,

24 PORTER – *The Enlightenment*, p. 73.

25 LEMOS, D. Francisco de – *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Coimbra: Por ordem da Universidade, 1980, p. 213.

26 LEMOS – *Relação geral*, p. 213.

27 ARAÚJO, Ana Cristina – Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo. In ARAÚJO, Ana Cristina ed. – *O Marquês de Pombal e a Universidade*. 2ª edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 19.

28 SANTOS, Cândido dos – *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, 2007, p. 40.

29 ANDERSON – *European universities from the Enlightenment to 1914*, p. 37.

30 LEMOS – *Relação geral do estado da Universidade (1777)*, p. 260.

«Não se deve olhar para a Universidade como hum Corpo isolado, e concentrado em si mesmo ... mas sim como hum Corpo formado no seio do Estado, por meio dos Sabios, que cria, difundir a Luz da Sabedoria por todas as partes da Monarchia; para animar, e vivificar todos os Ramos da Administração Publica; e para promover a felicidade dos homens ... formando os seus Corações na pratica das Virtudes sociaes, e Christans; e inspirando-lhes Sentimentos de Humanidade, de Religião, de Probi-dade, de Honra e de Zelo».

Apesar da longa citação, o Reitor transmite assertivamente as ideias dos reformadores ibéricos, cujos contactos foram amplos antes e durante os processos de reforma³¹ demonstrando bem o papel central da Universidade no amplo projeto de transformação. Contudo, é através da construção curricular que podemos ver a tensão entre algumas das novas ideias científicas e o fundo católico marcadamente evidente em Portugal e em Espanha.

Coimbra e Salamanca, em graus diferentes, foram, simultaneamente, bastiões de algum determinado grau de ortodoxia (que aplicavam e impunham aos seus membros), e espaços onde vários saberes emergiram através de novas práticas científicas que circulavam no espaço europeu.

Pretendemos demonstrar essa mesma tensão e as soluções tomadas em ambas as Universidades na segunda metade do século XVIII. A nossa hipótese de trabalho, resultante das várias fontes consultadas, é que os reformadores ibéricos procuraram sempre conciliar três prioridades centrais: a importância do sagrado (fundo cristão), a adoção de novas ideias (em várias áreas do saber, desde a Teologia à Matemática) e, por fim, a resposta às necessidades de modernização (favorecendo disciplinas utilitaristas). Esta tríade fora, de forma bastante esclarecedora, resumida por Dominguez Ortiz: «una relegiosidad ilustrada, exenta de supersticiones; amor a la nación, obediência a su representante, el Soberano, y a las leyes civiles; concepto de servicio, que a veces hizo degenerar los ideales culturales hacia un chato utilitarismo»³².

Esta tensão é visível no conteúdo das várias cadeiras introduzidas em 1771 e 1772, respetivamente, mas, principalmente, na aquisição de obras de autores estrangeiros – onde a censura foi usada de forma recorrente.

Para testar a nossa hipótese, vamos trabalhar principalmente com os Estatutos de ambas as Universidades, de 1771 para Salamanca e 1772 para Coimbra³³.

31 ALVES – *A Ordem Natural nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)*, p. 70-82.

32 ORTIZ, Antonio Domínguez – *Carlos III y la España de la ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1988, p. 161.

33 *Plan general de estudios dirigido a la Universidad de Salamanca por el Real y Supremo Consejo de Castilla y mandado imprimir de su orden*. Salamanca: Antonio Villagordo y Alcaraz, y Thomás de García de Honorato, 1771; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Vol. Livro II: *Cursos jurídicos das Faculdades de canones e de leis*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*; *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Vol. Livro III: *Cursos das sciencias naturaes e filosoficas*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972.

Contudo, vamos também recorrer a testemunhos dos reformadores ibéricos, quer sejam missivas, obras eruditas, pareceres sobre conteúdos curriculares e listas de obras adquiridas pelas Universidades de Coimbra e Salamanca – na sua maioria, de autores estrangeiros.

1. Iluminismo na Península Ibérica

As ideias iluministas que alcançaram a Península Ibérica, e que daí resultaram demonstram as várias dimensões do movimento do Iluminismo, e a sua capacidade de adaptação. Muita desta capacidade deveu-se à ação de vários políticos, monarcas, intelectuais e cientistas. Onde sobressai a importância dos filósofos europeus, face mais visível deste movimento, quer na dispersão das ideias centrais, mas, principalmente, no interesse pelos problemas locais e na realidade política do seu próprio espaço nacional³⁴. Demonstrando também a diversidade de preocupações e prioridades, mas também de «enlightened solutions» a partir dos seus próprios valores culturais³⁵.

No caso de Portugal e de Espanha, os reformadores portugueses procuraram responder a problemas com que as suas sociedades se debatiam, como por exemplo, o atraso económico. Esta diferenciação entre realidades nacionais distintas leva a historiografia a debater a questão do pluralismo («Enlightenments»)³⁶. O seu princípio heterogéneo resultava na impossibilidade prática de alcançar uma postura intelectual comum (embora tenha existido uma certa perceção de um empreendimento coletivo³⁷).

E se esta característica pluralista, agregadora de ideias, ações e eventos, obedeceu a uma matriz³⁸, não implica uma aplicação semelhante – contextos diversos levaram a atuações distintas. Desta forma, podemos perguntar como é que estas novas ideias se manifestaram em Portugal e em Espanha; e como se compatibilizaram com o dominante fundo católico – como os Estatutos de 1772 para o curso de Teologia demonstram, «de cuja boa execução pende a felicidade espiritual,

34 Para esta exposição, importa realçar que quando nós referimos aos reformadores ibéricos, falamos de personalidades cimeiras do pensamento ilustrado como foram os monarcas D. Carlos III de Espanha e D. José, mas também ministros como Marques de Pombal e Campomanes. A esta lista, juntam-se também várias representantes das Universidades em estudo, como Reitores e docentes.

35 PORTER – *The Enlightenment*, p. 52.

36 PAGDEN – *The Enlightenment. And why it still matters*, p. 22.

37 FITZPATRICK, Martin – Introduction. In FITZPATRICK, Martin ed. – *The Enlightenment world*. London; New York: Routledge, 2004, p. 422.

38 EDELSTEIN, Dan – *The Enlightenment: a genealogy*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2010, p. 12-13.

e temporal dos meus Vassalos: Querendo com tudo auxiliar por modo mais positivo as piedosas intenções da Igreja»³⁹.

No caso castelhano, muito semelhante ao que sucedeu em Portugal, vemos que a prioridade na adoção de novas ideias científicas (independentemente da área do saber), obrigava a um determinado grau de diálogo «a la tutela real en el que los valores dominantes importados del exterior se orquestaban en nombre de la utilidad, la riqueza y la felicidad pública»⁴⁰.

É neste diálogo, que se demonstrou bastante atribulado⁴¹, que assistimos a uma clara tensão na vontade de compatibilizar uma abordagem mais secular com as «verdades reveladas»⁴². Padrão visível nas áreas geográficas com forte pendor absolutista esclarecido, foi uma contradição recorrente e de difícil resolução, «[...] fazer da crítica o fundamento da modernidade e, sob os auspícios da ideia de progresso, manter amarrada a razão à tradição»⁴³.

Um exemplo esclarecedor foi a tensão de saberes (antigos e novos), que resultou das reformas. A perda de influência da Teologia foi evidente desde 1771/72 em Salamanca e Coimbra, embora este processo fosse lento. Contudo, esta realidade já se fazia sentir desde 1650 nas Universidades neerlandesas protestantes⁴⁴, com o desenvolvimento da filosofia⁴⁵. Nos espaços onde este processo se realizou mais cedo, os docentes teólogos desenvolveram a capacidade de modernizar a sua ciência e isso foi visível no menor grau de hostilidade com outras ciências⁴⁶. Porém, no espaço ibérico a realidade foi distinta.

39 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Vol. Livro I: *Do curso theologico*. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972, p. 3.

40 SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco – *La ilustración en España*. Madrid: Ediciones Akal, 1997, p. 54 e 15; ALVAREZ-URÍA, Fernando – La ilustración y su sombra. Dominación cultural y pedagogía en la España del Siglo de las Luces. *Revista de Educación*. Numero extraordinario 1: La Educación en la Ilustración Española (1988) 348-49.

41 ORTIZ – *Carlos III*, p. 161.

42 ORTIZ – *Carlos III*, p. 161.

43 ARAÚJO – Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo, p. 21. Veja-se este debate sobre a conciliação das novas ideias e a sua base tradicional na área do direito COSTA, Mário Júlio de Almeida – Debate jurídico e solução pombalina. *Boletim da Faculdade Direito*. 2: 58 (1982) 1–35; MARCOS, Rui – A legislação pombalina. Alguns aspectos fundamentais. *Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito* 33 (1990) 80-82.

44 No século XVIII, as universidades católicas e protestantes apresentavam diferenças marcantes. As universidades católicas enfatizavam a teologia católica, o ensino em latim e a filosofia escolástica. Já as universidades protestantes desfrutavam de maior autonomia, oferecendo estudos teológicos diversos, utilizando línguas vernáculas e enfatizando a exegese bíblica. Dentro do protestantismo, as instituições luteranas valorizavam a justificação pela fé, sacramentos e governança hierárquica, enquanto as calvinistas enfatizavam a soberania de Deus, predestinação e autonomia congregacional. Essas diferenças refletiam as distintas abordagens e tradições teológicas presentes nas universidades europeias da época.

45 ISRAEL – *Enlightenment contested. Philosophy, modernity, and the emancipation of man. 1670-1752*, p. 27.

46 HAMMERSTEIN, Notker – O Iluminismo. In RIDDER-SYMOENS, Hilde de, ed. – *Uma história da universidade na Europa. As universidades na Europa Moderna (1500-1800)*. Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002, p. 606.

Em 1771, um grupo de docentes de Medicina da Universidade de Salamanca⁴⁷ escreve a Carlos III, demonstrando a tensão dentro da instituição⁴⁸. As queixas destes docentes visavam os seus colegas teólogos (e também canonistas), que continuavam a marcar presença em momentos chave da congregação médica – como nas admissões e avaliações de alunos ou de progressões de docentes. Esta intromissão acontecia porque os saberes mais antigos (teologia e cânones) davam um poder assinalável aos seus docentes, que se sobrepunha aos restantes colegas de outras áreas do saber.

Porém, em Espanha e em Portugal, a receção às novas ideias inicia-se com a década de 1740 e desenvolveu-se em várias fases. Demonstrou, por um lado a força imparável das novas ideias científicas, que se dispersavam pelo espaço europeu e, por outro, a resistência que acabou por resultar em formas de assimilação próprias. Nesse sentido, em Espanha, a fase *novatora* (1746-1766)⁴⁹ dá lugar à fase filosófica⁵⁰, com o reinado de Carlos III⁵¹. No caso português, as semelhanças são evidentes, e o ponto de viragem para o acolhimento de novas correntes de pensamento vindas do espaço europeu parece ter sido a década de 1750/60⁵². A primeira fase foi fundamental para a criação de um ambiente propício à circulação de novas ideias – como por exemplo, a ideia de progresso⁵³. Contudo, foi apenas na segunda fase que ocorreram as reformas universitárias em Salamanca e Coimbra, num período caracterizado por uma clara ação reformista (em vários setores), em simultâneo com a crise do despotismo ilustrado⁵⁴.

Os *ilustrados ibéricos* que nas décadas de 1760 e 1770, especialmente, dedicaram muita da sua atenção às questões educativas, refletiram de forma vigorosa esta ambiguidade. Não deixando de se verem a si mesmos como ilustrados, rejeitaram alguns dos aspetos das *Luzes* europeias. Procuraram, essencialmente, reformar

47 Francisco Velez, Juan de Medina, Juan Gonzalez Zernunda e Francisco Antonio de Zunzunegui, foram simultaneamente autores do plano de reforma do curso médico de 1766.

48 Archivo de la Universidad de Salamanca [AUSA] – Informes y correspondencia de asuntos universitarios. Lecciones inaugurales, XVII-XIX, 2031.

49 Para esta questão, ver principalmente MESTRE, Antonio – *Despotismo e ilustración en España*. Barcelona: Ariel, 1976; LÓPEZ, François – *Juan Pablo Forner et la crise de la conscience espagnole au XVIIIe siècle*. Burdeos: Bibliothèque de l'École des Hautes Etudes Hispaniques, 1976; PARODY, Francisco Sánchez-Blanco – *Europa y el pensamiento español del siglo XVIII*. Madrid: Alianza Editorial, 1991, p. 28-42; TORRES, Pedro Ruiz – *Historia de España*. Vol. 5: *Reformismo e Ilustración*. Madrid: Crítica: Marcial Pons, Ediciones de Historia, 2008, p. 425-526.1976

50 ORTIZ – *Carlos III*, p. 179.

51 FUENTES, Juan Francisco – *Luces y sombras de la ilustración española*. *Revista de Educación*. Numero extraordinario 1: *La Educación en la Ilustración Española*. (1988) 13–23; ORTIZ, DOMÍNGUEZ, Antonio – *Sociedad y estado en el siglo XVIII español*. Barcelona: Editorial Ariel, 1990, p. 495.

52 ARAÚJO, Ana Cristina – *A cultura das Luzes em Portugal*. *Temas e problemas*. Livros Horizonte, 2003, p. 18-19.

53 ARAÚJO – *A cultura das Luzes*, p. 18.

54 Tal como Domínguez Ortiz, entende-o como um processo atribulado, com vários recuos e avanços ORTIZ – *Sociedad y estado en el siglo XVIII español*, p. 495.

aspetos concretos. Sendo incapazes de se afastar de estruturas do passado⁵⁵, embora, aceitassem também novas ideias de ciência e de progresso, «Se creen modernos por hacer algunas reparaciones cosméticas a la sociedad española, pero no quieren modificar de ningún modo la estructura heredada del pasado»⁵⁶.

Tal como aconteceu um pouco por toda a Europa, as reformas aplicadas tinham no sistema de ensino um fator chave⁵⁷. Desta forma, a consequência imediata foi a tentativa de controlo sobre toda a amplitude do incipiente sistema de ensino⁵⁸. Por exemplo, os reformadores espanhóis procuraram aplicar, «una relegiosidad ilustrada, exenta de supersticiones; amor a la nación, obediencia a su representante, el Soberano, y a las leyes civiles; concepto de *servicio*, que a veces hizo degenerar los ideales culturales hacia un chato utilitarismo»⁵⁹.

O caso das Universidades foi especialmente importante⁶⁰. No século XVIII, estas instituições eram vistas com alguma desconfiança, como o reformador sevillhano Pablo de Olavide bem demonstra – referindo que estas instituições estavam desatualizadas, não proporcionavam conhecimentos de cariz prático e eram controladas por uma elite privilegiada⁶¹. Devido ao seu carácter (e mesmo natureza) religiosa, a Universidade reformada «debería secularizarse y formar hombres útiles al Estado»⁶², para desta forma conseguir alcançar o grau de modernização que os reformadores espanhóis pretendiam, «se pretende conseguir una Universidad más moderna y eficaz, en condiciones de formar adecuadamente a los funcionarios de élite de un Estado cada vez más burocratizado [...]»⁶³. Em Portugal, o controlo do ensino projetou-se sob a influência do jusnaturalismo (como em outros estados europeus), e ficou marcado por uma abordagem de cariz secular, iniciada na década de 1750⁶⁴.

Imperava também o objetivo de difundir, através de um projeto educativo, a valorização da instrução para alcançar a felicidade pública e o bem comum. Este projeto caracterizava-se, desta forma, pela abertura à modernização (filosófica,

55 SÁNCHEZ-BLANCO, Francisco – *El Absolutismo y las Luces en el reinado de Carlos III*. Madrid: Marcial Pons, 2002, p. 78.

56 SÁNCHEZ-BLANCO – *El Absolutismo*, p. 78.

57 ROGGERO, Marina – Éducation. In FERRONE, Vincenzo, et al., Dir. – *Le monde des Lumières*. Paris: Fayard, 1999, p. 239-249.

58 E também utópico. Esta visão, principalmente em relação ao sistema de ensino, foi já analisada, ver MONTEOLIVA, Mercedes Vico – Utopía, educación e ilustración en España. *Revista de Educación*. Numero extraordinario 1: La Educación en la Ilustración Española. (1988) 479-511.

59 ORTIZ – *Carlos III*, p. 161.

60 KITTELSON, J. M.; TRANSUE, p. J. – *Rebirth, reform and resilience: Universities in transition 1300-1700*. Columbus, Ohio, 1984.

61 ORTIZ – *Carlos III*, p. 107.

62 Por outro lado, da perspectiva das instituições, o *profundizar en el regalismo* foi difícil de aceitar, ver MORALES, Antonio Alvarez de – La universidad en la España de la ilustración. *Revista de Educación*. Numero extraordinario 1: La Educación en la Ilustración Española. (1988) 470-71.

63 ORTIZ – *Carlos III*, p. 107; FUENTES – *Luces y sombras de la ilustración española*, p. 16.

64 ARAÚJO – *A Cultura das Luzes*, p. 18-19 e 51-54.

pedagógica e científica) do ensino (principalmente universitário) e, do ponto de vista político, manifestava-se profundamente pelo regalismo e pelo anticongreganismo⁶⁵.

Como vimos, o espaço Ibérico, demonstrou ser um espaço bastante ativo na receção de ideias e na sua posterior adaptação na esfera educativa e científica. Destinavam-se principalmente, a «[...] instaurar a crença numa ordem universal de valores que compatibilizasse o progresso do género humano, no respeito pela matriz cristã, com a finalidade técnica decorrente da utilidade social da ciência»⁶⁶. O seu fundo cristão, que apesar dos recorrentes desejos de secularização não apagou, exigiu sempre formas de conciliação nem sempre bem conseguidas. Tendo como estratégia o recurso à censura na maioria das vezes parcial, das obras de autores estrangeiros que deviam ser integradas nos novos cursos universitários.

2. Censura na adoção de novas obras

Todos os cursos, lecionados em Coimbra e Salamanca tinham uma obra central, que muitas vezes serviu de base à idealização da totalidade do curso. Porém, a evolução das matérias científicas requereu uma atenção redobrada do que era produzido noutros países, nomeadamente Itália, França e Alemanha.

Contudo, tendo em conta o que vimos anteriormente, quais os métodos e critérios que os reformadores ibéricos cristãos seguiram? E qual as estratégias seguidas para conter ideias proibidas? Começemos pelo método de escolha.

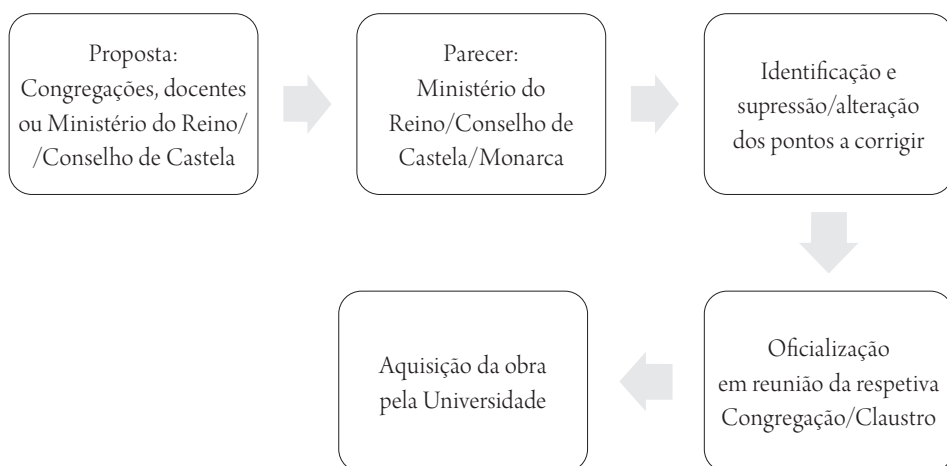


Gráfico 1 – Método de escolha dos livros a usar em Coimbra e Salamanca.

65 Para exemplos mais concretos ver ARAÚJO – *A cultura das Luzes*, p. 54 e seguintes.

66 ARAÚJO – *Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo*, p. 16.

As obras podiam ser propostas pelas autoridades governamentais ou pelas autoridades universitárias. Para além disso, muitas das obras foram até propostas e discutidas a nível pessoal, como foi o caso do próprio Pedro Rodríguez de Campo-manes (corresponsável pela elaboração do novo plano de estudos e pela supervisão da reforma de 1771 em Salamanca) e de vários docentes⁶⁷. Esta intervenção de cariz mais pessoal foi apenas identificada nos períodos de maior mudança, como foram 1771, 1807 e 1820 para Salamanca, onde as sugestões dos representantes do poder central são recorrentes.

Contudo, os corpos académicos tinham também como função, propor e, mesmo, incentivar os docentes a prepararem os seus próprios compêndios a serem usados nas salas de aula. Quando a proposta para a aquisição de alguma obra provinha dos corpos académicos, seguia imediatamente para o órgão de tutela onde era realizada uma apreciação e era onde se situava a primeira instância de censura.

Este processo poderia ser bastante moroso, dependendo quase da disponibilidade do órgão de tutela. No caso de a obra ser aceite, a congregação seria informada e, quando necessário, as obras vinham já censuradas ou com instruções para serem posteriormente censuradas pelo Reitor ou pela Congregação. Só depois é que a obra poderia ser usada pelo docente nas suas aulas. Vimos também que este método não era aplicado apenas a obras estrangeiras, o mesmo acontecia quando os compêndios eram da autoria dos docentes das próprias Universidades. Mas um exemplo mais concreto pode ajudar-nos a entender de forma mais clara.

Carl von Martini e António Genovese foram autores cujas ideias nem sempre agradaram. Nesse sentido, mereceram uma atenção redobrada no processo de seleção. O compêndio de direito natural de von Martini recebeu ordem superior para que a Congregação aplicasse as restrições exigidas, «nao se podendo resolver, e decidir se poderiaõ ser inteiramt.e omitidos os primeiros sete capitulus do compendio»⁶⁸. No outro caso, de António Genovese, foi possível ver um certo receio, claramente infundado, como fica evidente,

«Foi Vossa Magestade servida remeter a esta Meza os dous compêndios, hum das Instituições Régias, outro das Instituições Metafisicas de Antonio genovese . . . para serem dictados pelo Lente de Filozofia Racional . . . Examinando a Meza . . . não achou nelles couza alguma que embarace o seu uso»⁶⁹.

67 ALVES – *A ordem natural nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)*, p. 217-65.

68 *Actas das Congregações da Faculdade de Leis (1772-1820)*. Vol. I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1983, p. 129.

69 Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]. Real Mesa Censória, Administração Geral e Expediente. Consultas, 1772-1796, Cx. 183. As obras de Martini foram *Positiones de lege naturali in usum auditorium* e *Positiones de iure civitatis*, e marcaram presença na Universidade até 1843, MONCADA, Luís Cabral de Oliveira de – *Subsídios para uma história da filosofia do direito em Portugal (1772-1911)*. 2.ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 1938; FORTUNA, José Fernandes Álvares – *De jure naturae positiones dilucidore stylo et ordine*. Coimbra, 1815.

No caso dos estudantes juristas, o cuidado a ter com a escolha de autores era de facto imperativo, a sua utilidade social era fundamental, «podiam edificar a sua fortuna sobre alicerces mais sólidos; adiantar as suas famílias com as honras, que adquirissem; e servir ultimamente á Igreja, e ao Estado»⁷⁰.

A adoção de obras de autores estrangeiros foi fundamental, e isso aconteceu de forma recorrente e em grande número, o que obrigava a uma constante supervisão, para todas as faculdades. Contudo, para os critérios de escolha dos compêndios, reformadores portugueses e espanhóis parecem ter coincidido⁷¹.

Os reformadores selecionavam obras modernas e de referência, com os melhores autores em cada área do saber e com métodos modernos. Os compêndios escolhidos tinham de ser breves, teriam de compilar os pontos centrais de cada matéria, e teriam de ser estruturados e redigidos de forma simples, para desta forma a matéria ser mais bem compreendida pelos estudantes⁷².

Ao contrário do que seria de pensar, como veremos nos exemplos que se seguem, não parece ter existido uma preferência inequívoca por autores católicos em detrimento de autores protestantes. Embora, no caso dos últimos, a censura tenha sido amplamente aplicada às suas obras. Como seria de esperar, perante uma lógica de educação católica que exigia «a qualquer outra pessoa, a quem por alguma razão pertença a educação da Mocidade, e vigiar sobre ella, que, atendendo ser a educação Christã o primeiro fundamento»⁷³.

No caso do estudo do direito, por exemplo, autores como Hugo Grócio e Samuel Pufendorf não foram excluídos a partida; para o ensino do polémico Direito Natural, foram mesmo autores centrais. O docente e intelectual valenciano Gregorio Mayans, realça a importância dos autores mencionados⁷⁴,

«El derecho Natural i de Gentes està excelentemente tratado por los Escritores Catholicos ... i de uno i outro Derecho, pero separada i distintamente [o direito civil e canónico], nungum catholico há formado un Sistema cumplido que deve hacer ... pueden servir los Elementos del Derecho Natural i de Gentes de Heineccio, cuyos errores, i los de todas sus obras notè yo por especial encargo de la Suprema i General Inquisicion. En quanto al Derecho Espanol, se deve incitar generalmente a que se hagan unas Instituciones, i despues de hechas, se escogeràn las mejores. Entretanto ... siguiendo el ordem de la Instituta, de las Pandectas, i Codigo, i de las Novelas de Justiniano, em que discrepa el Derecho moderno [...]».

70 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Livro II: Cursos juridicos das Faculdades de canones e de leis, 1972, p. 254.

71 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Vol. 3. Coimbra: Por Ordem da Universidade, 1972, p. 21-22.

72 ALVES – *A ordem natural nas reformas universitárias de Salamanca e Coimbra (1769-1820)*, p. 217-65.

73 *Estatutos da Universidade de Coimbra (1772)*. Livro I: Do curso theologico, p. 3.

74 PIWNICK, Marie-Helene – *La correspondence Mayans-Cenáculo. Arquivos do Centro Cultural Português*. 22 (1986) 519.

Considerados os «Restauradores da Disciplina»⁷⁵, os Estatutos portugueses optaram por uma abordagem mais ativa e incutiam aos seus docentes a tarefa de identificar e corrigir «desvios», substituindo-os por ideias mais favoráveis, como podemos ver⁷⁶,

«Sim respeitará o Professor a sua authoridade [Grócio e Pufendorf], como dos primeiros Mestres desta disciplina; ms nem ella fixará o seu assenso, nem porá grilhões ao seu discurso. [...] Como Cidadão livre, do Imperio da Razão procurará o Professor a verdade, a ordem, a deducção, o methodo, e a demonstração, onde quer que a achar. Onde aquelles dous Doutores se tiverem desviado da Justiça Natural; onde tiverem claudicado; onde os seus Discipulos se lhes tiverem adiantado em qualquer das referidas circumstancias; onde tiverem passado com a perspicácia dos seus discursos além dos marcos, e balizas, que eles fixaram; onde Elle mesmo com o seu proprio entendimento atinar melhor com a Razão; deixará de seguillos, e abraçará sempre o melhor.»

O fundo iluminista católico, como vemos, influenciou não tanto a adoção de obras, mas de ideias – que sendo contrárias ao pensamento vigente, seriam eliminadas ou em alguns casos, substituídas. Já as obras dos autores protestantes, foram amplamente adulteradas tanto em Coimbra e Salamanca. Outro caso exemplificativo foi o das obras de Johann Gottlieb Heineccius, também adotadas em ambas as Universidades⁷⁷. Apesar dos «errors» detetados por Mayans – partilhados por reformadores portugueses – o autor foi presença marcante nestas instituições.

Christian Wolff, cujas ideias na área do Direito Natural ganharam bastante aceitação nas Universidades Protestantes; foi considerado, em Portugal, como o autor que trouxe as «*verdadeiras noções*» no Direito Natural⁷⁸, contudo, em Salamanca, era visto como «*obsuro*»⁷⁹.

O Fiscal (Campomanes) para a reforma da Universidade de Salamanca⁸⁰, ainda antes de 1771, mostra-nos esta linha de pensamento, caracterizada pela cautela na escolha de autores, mas raramente a sua eliminação dos currículos universitários. O filósofo inglês Richard Cumberland⁸¹, nem sempre agradava por ser

75 Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Vol. 3, p. 432.

76 Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Vol. 3, p. 328.

77 A sua obra, *Elementa iuris naturae et gentium*, foi introduzida desde cedo. A sua obra, foi de uma importância central para os intelectuais católicos na Europa, GODOY, Fernando Pérez – La teoría del derecho natural y de gentes de Johannes Heineccius en la cultura jurídica iberoamericana. *Revista de estudios histórico-jurídicos*. 37 (2015) 453-74; Archivo Historico Nacional [AHN]. Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25.

78 Em Coimbra, foram identificadas as obras, *Institutiones Juris naturae et gentium, Jus gentium e Jus naturae*, ANTUNES, José – Notas sobre o sentido ideológico da Reforma Pombalina. *Revista de História das Ideias*. 4:2 (1982) 157.

79 Estatutos da Universidade de Coimbra (1772). Vol. 3, p. 325.

80 Archivo Historico Nacional [AHN]. Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25.

81 Onde se destaca a sua obra, *De legibus naturae disquisitio philosophica, in qua earum forma, summa capita, ordo, promulgatio, et obligatio e rerum natura investigantur; quin etiam elementa philosophiae Hobbianae, cum moralis tum civilis, considerantur et refutantur* (de 1672).

«*Contra los Catholicos*» (nesse aspeto assemelhava-se a Hugo Grócio), porém, Campomanes não exclui completamente a sua introdução. Este sentimento manteve-se, por exemplo, nas referências a Nicolas Malebranche (acusado de ser cartesiano), e a Thomas Hobbes e John Locke que «son oscuros»⁸². Contudo, como refere Campomanes, «[...] no solo son los Autores Originales de este linage de estúdio; sino que forman el juicio en las máximas del derecho publico acomodadas a la Verdade Religion, y piedad [...]»⁸³.

O caso do curso jurídico é exemplificativo do contexto em que estas reformas ocorreram; demonstra também a tensão entre a adoção de novas ideias científicas e o fundo iluminado católico, que exigiu sempre um certo grau de adaptação. Esta prática manteve-se nos restantes cursos. Para Medicina, por exemplo, Herman Boerhaave foi adotado em ambas as Universidades⁸⁴, tendo mesmo uma posição de destaque. Johann Juncker, médico e químico, foi simultaneamente um dos líderes do movimento Pietista; porém, principalmente devido ao seu contributo na área da química, seria inevitável a sua presença nos currículos médicos e de filosofia. O mesmo aconteceu com o astrónomo Johannes Kepler, que apesar de Protestante, foi um dos autores de referência dos reformadores ibéricos para o estudo da Astronomia – «mostrará a solução do *Problema* de Kepler»⁸⁵.

Conclusão

Como Hammerstein escreveu, os reformadores ibéricos seguiram o modelo francês de sociedade iluminista, que tinha como objetivo, superar uma realidade pouco abonatória das Universidades portuguesas e castelhanas⁸⁶.

As universidades ibéricas antes das reformas da década de 1770, ficaram marcadas pela falta de continuidade de disciplinas mais práticas, introduzidas ainda no século XVII, por uma redução na qualidade no seu ensino, e um domínio exacerbado da teologia e dos seus docentes teólogos. Simultaneamente, outro dos problemas visíveis em muitos dos seus cursos era a falta de um currículo atualizado. Neste contexto, existia também uma parte considerável de professores bastante adversos a novas ideias. Como foi o caso de Manuel Bernardo Ribera, professor de

82 Archivo Historico Nacional [AHN], Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25.

83 Archivo Historico Nacional [AHN], Conde de Campomanes, Caixa 23/Documento 25.

84 Destacam-se as obras seguintes do médico holandês, *Institutiones Medicae* (1708) e os *Aphorismi de cognoscendi morbi* (1709).

85 *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772). Livro III: Cursos das sciencias naturaes e filosoficas, p. 164.

86 HAMMERSTEIN – O Iluminismo, p. 604-608.

teologia em Salamanca, e que era um dos mais importantes conservadores daquela Universidade⁸⁷.

Bernardo Ribera, como muitos outros, não desconhecia quer as obras quer as ideias que circulavam no espaço europeu. Porém, não aceitavam a validade das mesmas, e recusavam introduzi-las nos seus programas curriculares. Sendo até considerado como «entirely adverse»⁸⁸ a qualquer mudança intelectual⁸⁹. Este caso revela também a necessidade de os ilustrados católicos procurarem uma abordagem mais cuidada na adoção de novas ideias⁹⁰. Esta tensão, reflete a tentativa de associar a razão com uma defesa da fé⁹¹ – como já vimos anteriormente através do pensamento do Reitor D. Francisco de Lemos. Os reformadores ibéricos pretendiam assim uma abordagem do catolicismo mais apelativa para a elite política e académica, mas também um catolicismo mais dinâmico e cosmopolita⁹².

Em Portugal (com um pendor marcadamente anti jesuíta), encontrou a sua unidade na atitude crítica e racional para com o mundo religioso e na necessidade de modernização⁹³. E tal como em Espanha, a adoção do Iluminismo Católico permitiu que personalidades e mesmo instituições mantivessem a sua identidade católica⁹⁴. Coimbra e Salamanca, refletiram outra tendência de várias Universidades Católicas na Europa, o recurso a religiosos na elaboração e mesmo aplicação das reformas pedagógicas e científicas. Como seria de prever, foi necessário existir um compatibilizar de objetivos entre reformadores laicos e religiosos em muitas matérias. Benito Jerónimo Feijóo (um dos pensadores mais importantes para as várias reformas universitárias em Espanha), Felipe Bertrán e Casanova, Bispo de Salamanca, e Francisco Pérez Bayer ou Joaquín de Eleta foram dos mais representativos

87 Biblioteca General Historica de la Universidad de Salamanca [BGHUS] Dictámenes Redactados por Manuel Bernardo de Ribera sobre la Sociedad de Latinidad y Eloquencia de Madrid y sobre la Academia del Bueno Gusto de Zaragoza, XVIII, Ms. 50, 81 e 84.

88 ADDY – *The Enlightenment in the University of Salamanca*, p. 83.

89 Reconhece, contudo, que em algumas áreas do saber, medicina por exemplo, a abordagem experimental dos modernos foi altamente benéfica.

90 LEHNER, Ulrich L. – The many faces of the catholic Enlightenment. In LEHNER, Ulrich L. et al. – *A companion to the catholic Enlightenment in Europe*. Linden; Boston: Brill, 2010, p. 1-62.

91 MILLER, Samuel J. – *Portugal and Rome. An aspect of the catholic Enlightenment*. Roma: Gregorian Biblical BookShop, 1978, p. 1-2; ROSA, Mario – Roman catholicism. In DELON, Michael – *Encyclopedia of the Enlightenment*. Vol. 3. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 468-72.

92 LEHNER – The many faces of the catholic Enlightenment, Vol. 3, p. 14-16; COSTA, Gustavo – Santa Sede di fronte a Locke. *Nouvelles de la Republique des Lettres*. 1-2 (2003) 37-122.

93 ARAÚJO – *A cultura das Luzes*, p. 17; SOUZA, Evergton Sales – The catholic Enlightenment in Portugal. In LEHNER, Ulrich L. et al. – *A companion to the catholic Enlightenment in Europe*. Linden; Boston: Brill, 2010, p. 359-402.

94 CASTRO, Zília Osório de – O Regalismo em Portugal. António Pereira de Figueiredo. *Cultura. História e Filosofia*. 6 (1987) 357-411; SANTOS – *O Jansenismo em Portugal*; SANTOS, Cândido dos – António Pereira de Figueiredo, Pombal e a Aufklärung. Ensaio sobre o Regalismo e o Jansenismo em Portugal na 2.ª metade do século XVIII. In TORGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel, coord. – *O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo I. Coimbra, 1982, p. 167-203. Edição da *Revista de História das Ideias*; SOUZA – The catholic Enlightenment in Portugal, p. 397.

nesta tendência⁹⁵. Para os países do Sul da Europa, empreendimentos reformadores como o que aconteceu a nível pedagógico, seriam de difícil resolução sem o apoio de intelectuais católicos⁹⁶,

«O papel proeminente que algumas figuras cimeiras da Igreja portuguesa tiveram na planificação das reformas da educação comprova que, neste domínio, o Marquês de Pombal, não descurando as orientações filosóficas veiculadas por conselheiros mais distantes, toma como fio condutor da sua acção governativa o discurso regalista dos sectores ilustrados do clero».

Esta faceta reformadora (e não revolucionária), foi central para a sua maior aceitação, e na compatibilização com ideias de progresso e de promoção da ciência⁹⁷. Como vimos, as reformas das Universidades de Salamanca e de Coimbra, foram exemplos bastante elucidativos desta tendência. Tendo por base, conjugar o seu fundo católico com as novas ideias, promovendo assim medidas que procuraram promover a modernização em várias áreas e sectores.

A estratégia mais evidente e seguida em Espanha e Portugal, foi a adoção de várias obras estrangeiras, que depois eram adaptadas através do uso abundante da censura. Esta abordagem levou a possibilidade de introduzir autores protestantes nas Universidades em estudo (em número bastante significativo). Perante uma lógica de uma formação de cariz cristã, ministros, docentes e funcionários universitários continuaram a ser exímios na tarefa de assegurar que a Universidade continuasse a dispor da capacidade de aplicar e garantir a aplicação de uma certa ortodoxia.

Porém, simultaneamente, vemos que esta necessidade de reconciliar – muitas vezes o irreconciliável – levou a que as reformas pedagógicas conseguissem apenas atingir um grau de modernização moderado.

95 Em 1811, aquando da ocupação de Salamanca pelo exercito francês, o General Thiebauld, apesar das muitas críticas para com a Universidade, não poupou nos elogios à Antonio Tavera y Almazán, Bispo de Salamanca, que se destacou como «uno de los hombres mas virtuosos y mas ilustrados com que la España puede honrarse, escribió muchas veces, y del modo mas elocuente, sobre la necesidad de mudar la vergonzosa situacion de la Universidad ... que jamas será reemplazado», THIEBAULT, Paul – *Informe general sobre la Universidad de Salamanca*. Salamanca: En la Oficina de Celestino Manuel Rodríguez Grande, 1811, p. 38-57.

96 ARAÚJO – Dirigismo cultural e formação das elites no pombalismo, p. 20.

97 SMIDT, Andrea J. – *Lucas por la Fe: The cause of catholic Enlightenment in 18th-century Spain*. In LEHNER, Ulrich L. et al. – *A companion to the catholic Enlightenment in Europe*. Linden; Boston: Brill, 2010, p. 403-52.

